

Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.
Relatório do Auditor Independente
acompanhado das Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2016



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo | Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3259-9150
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas
Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Geradora Eólica Ouro Verde II S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Ouro Verde II S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa 1.1 às demonstrações contábeis que descreve que a companhia tende a não conseguir cumprir os prazos previstos nos termos do contrato inicial de exploração do parque eólico do município de Acaraú – Ce em função da postergação do início do projeto, tendo em vista a situação econômica do país. O novo prazo de geração e entrega de energia irá gerar uma obrigação de aquisição de energia no mercado não regulado. Essa situação, suscita dúvida sobre a continuidade operacional. A expectativa da administração é a de que seus planos e medidas para sustentar a viabilidade do projeto, bem como medidas governamentais reverterão o cenário atual. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante



em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Aragaki".

Carlos Aragaki
CT CRC 1SP132.091/O-1 "S" RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" RJ

	Notas	31/12/2016		Notas	31/12/2016
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	867	Fornecedores	7	50
Tributos a compensar		11	Partes relacionadas	8	1.243
		878	Tributos		1
					1.294
Não Circulante			Não circulante		
Imobilizado em curso	5	79	Partes relacionadas	8	2.936
(-)Impairment		(79)	Provisão para Contrato Oneroso	9	24.966
		-			27.902
Intangível	6	4.145	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		
(-)Impairment		(4.145)	Capital Social	10	900
		-	Capital Subscrito		1.000
			(-) Capital a Integralizar		(100)
			Prejuízo do período		(29.218)
			Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(28.318)
Total do Ativo		878	Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geradora Eólica Ventos de Ouro Verde II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O
PERÍODO DE 11 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2016</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	11	<u>(29.254)</u>
Pessoal e Administrativo		(35)
Serviço de Terceiros		(29)
Provisão para Contrato Oneroso		(24.966)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável - Impairment		(4.224)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(29.254)</u>
Receitas financeiras		<u>36</u>
Prejuízo do período		<u><u>(29.218)</u></u>

Geradora Eólica Ventos de Ouro Verde II S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O
PERÍODO DE 11 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do período	<u>(29.218)</u>
Resultado abrangentes do período	<u><u>(29.218)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geradora Eólica Ventos de Ouro Verde II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA O PERÍODO DE 11 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Capital Subscrito em 29 de fevereiro de 2016	1.000	-	1.000
(-) Capital a integralizar	(100)	-	(100)
Prejuízo do período		<u>(29.218)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>900</u>	<u>(29.218)</u>	<u>(28.318)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geradora Eólica Ventos de Ouro Verde II S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O
 PERÍODO DE 11 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(29.218)
Ajustados por:	
Provisão para Redução ao Valor Recuperável - Impairment	4.224
Provisão para Contrato Oneroso	<u>24.966</u>
Redução (Aumento) dos ativos	
Tributos a compensar	(11)
Aumento (Redução) dos passivos	
Fornecedores	50
Partes relacionadas	34
Tributos e contribuições a recolher	1
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>46</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(79)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(79)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	900
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>900</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>867</u></u>
Demonstração da aumento de caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>867</u>
	<u><u>867</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Geradora Eólica Ouro Verde II S.A. (Sociedade) foi constituída em 29 de fevereiro de 2016, por Brasil Ventos Energia S.A. com a Eólica Tecnologia Ltda, Ventos Tecnologia Elétrica Ltda e Central Eólica Ouro Verde I Ltda para, em conjunto com outras geradoras, explorar o potencial eólico subestação denominada João Câmara III, no município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

As atividades do Parque Eólico Ouro Verde II S.A. se iniciaram em março de 2016, entretanto o primeiro aporte de capital para fazer frente às primeiras despesas administrativas ocorreu no dia 23 de março de 2016 por parte Brasil Ventos Energia S.A. no valor de R\$900 mil.

O Parque Eólico Ouro Verde II S.A. o referido empreendimento foi habilitado na ANEEL com potência nominal de 30 MW e comercializou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 10,4 MW médios com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. Na habilitação foram previstos 12 aerogeradores de potência nominal de 2,5 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5 kV, interligando os parques eólicos a subestação coletora que elevará a tensão de 34,5 kV para 138 kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 138 kV, com cerca de 14 km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional, por meio da subestação denominada João Câmara III, no município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

O custo estimado da construção dos Parques Eólicos é de cerca de R\$ 158 milhões (*). Os recursos necessários para a construção do Parque Eólico Ouro Verde II S.A. serão viabilizados por meio de uma estrutura financeira de “Project Finance”, envolvendo aporte de capital pelos acionistas das Sociedades e captação de financiamento de longo prazo e empréstimo ponte no curto prazo junto ao BNDES e Instituições Financeiras.

(*) investimento não auditado pelos auditores

1.1 Provisão para *impairment* e contrato oneroso

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual da unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso. Cada projeto eólico foi classificado como uma UGC e o cálculo foi preparado com base na visão e experiência da administração, considerando o estilo de gestão e as necessidades operacionais do projeto. A administração adotou os conceitos de gestão de projeto através da metodologia *PMBOK – Project Management Body of Knowledge*, a qual é amplamente difundida na Companhia.

A companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas por ocasião do Leilão de Energia 10/2013, baseando-se num novo cronograma de construção, o qual foi preparado pela diretoria técnica. Este novo cronograma considerou que as seguintes datas de entrada em operação maio de 2019.

O prazo original contratual de entrega de energia seria em Maio/2018. Tendo em vista a situação econômica do país entre 2014 e 2016, a companhia não obteve sucesso no desenvolvimento do projeto, tendo adiado ao máximo o seu início. Em março de 2016 as Geradoras foram constituídas e se iniciou o processo de alocação de recursos públicos através da LOA (Lei Orçamentária Anual), que trata do custo de investimento, e do PDG (Programa de Dispêndios Globais), que trata do custo estrutural (despesa), para o início dos trabalhos. A aprovação destes instrumentos governamentais ocorreu no final de 2016. Também, a necessidade de formalizar todos os processos de compra de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações ampliou o prazo de entrada em operação os quais já constam do novo cronograma.

Este novo prazo de início de geração e entrega total da quantidade média contratada no âmbito do CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), que estabelece as diretrizes de comercialização de energia elétrica entre geradoras e distribuidoras, gerou uma obrigação de entrega de energia elétrica a qual foi necessária a aquisição de energia no mercado não regulado, através dos preços praticados pelo PLD – Preço de Liquidação das Diferenças da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o qual foi estimado, de acordo com o sócio controlador, em R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais) o megawatt/hora comprado.

O valor total da estimativa de compra de energia será:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Total da compra no PLD - CCEE</u>
Complexo Eólico Famosa III	39.404	9.650	49.054
	<u>39.404</u>	<u>9.650</u>	<u>49.054</u>

A administração e os acionistas têm a convicta consciência de que o projeto é viável e será implantado. Com base nesta afirmação a administração desenvolverá um plano de ação para que a provisão de contrato oneroso seja revertida ainda no exercício de 2017. Entre as medidas a serem tomadas, a administração planeja fazer:

- Preparação de todos os processos de licitação contendo as bases de tomadas de preços buscando a redução dos custos de construção;
- Análise de todos os projetos e contra-partidas ambientais;
- Análise de todas as necessidades de prestação de serviços para o Complexo Eólico nas fases pré-operacional e de O&M;
- Utilização de tecnologias diversas para redução e controle de custos administrativos e de construção; e
- Negociação junto a instituições financeiras visando a redução de juros de longo prazo e comissões de financiamento.

Além destas medidas, é sabido e amplamente divulgado que o Governo Federal vem envidando esforços para promover uma redução de taxas de juros para as empresas, bem como ampliando programas de financiamento para projetos de infraestrutura junto ao BNDES, o que poderá reduzir as taxas de captação, como aconteceu em anos anteriores, onde as taxas chegaram na casa dos 3,5% ao ano para projetos de geração de energia. Se houver uma redução expressiva como aconteceu anteriormente, a provisão para *impairment* e de contrato oneroso poderão ser revertidas.

1.2 Aprovação das Demonstrações contábeis

A conclusão e emissão das Demonstrações contábeis da controladora e consolidado, foram aprovadas pela Diretoria da companhia em 15 de março de 2017.

2 Bases de apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pronunciamentos, interpretações e orientações da ANEEL.

a. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, na legislação societária, as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

3 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas as Companhia, mantendo uma uniformidade.

a. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Interbancário – CDI estão mensuradas ao seu valor de justo na data do balanço.

c. Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e partes relacionadas.

(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

f. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. De acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis da sua unidade geradora de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados por meio de suas operações futuras.

g. Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicáveis, são calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

h. Resultado

Tendo em vista que a empresa foi criada em 29 de fevereiro de 2016, para fins de comparabilidade não existe saldo no mesmo período do ano anterior.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	867
Total	<u>867</u>

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Imobilizado***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

	<u>31/12/2016</u>
Em curso	
Adiantamento a Fornecedores (a)	79
(-) Impairment (b)	(79)
Total	<u>-</u>

(a) Após o término da obra será reclassificado para as rubricas devidas.

(b) Provisão para perdas – *Impairment*

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual da sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment e contrato oneroso de acordo com os pronunciamentos técnicos – CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas adotadas são:

Taxa de desconto para o fluxo de caixa:	8,54% pós-tax
Preço da receita:	De acordo com os contratos de CCEAR vigentes
PIS e Cofins:	3,65% sobre a receita bruta
Depreciação:	Calculada integralmente durante o prazo das autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros:	Orçamento financeiro apurado de acordo com os objetivos da administração
Prazos do Fluxo de Caixa:	De acordo com as autorizações, até 2049
Investimento em Ativos:	Calculado com base em preços vigentes em 31/12/2016

Como resultado, em 2016 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado no valor de R\$ 79.

6 Intangível

	<u>31/12/2016</u>
Em curso - Cessão de direitos (a)	4.145
(-)Impairment (b)	(4.145)
	<u>-</u>

(a) Cessão de direito

Refere-se ao custo associado a cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração dos Complexos Eólicos Famosa III. Tal cessão está prevista no acordo celebrado entre os acionistas quando da constituição do Consórcio para participação no leilão.

Os direitos do projeto foram adquiridos das empresas, Central Eólica Arara Azul Ltda, Central Eólica Benteví Ltda, Central Eólica Ouro Verde I Ltda, Central Eólica Ouro Verde II Ltda e Central Eólica Ouro Verde III Ltda, ambas controladas pela acionista do consórcio, Ventos Tecnologia Elétrica.

(b) Provisão para perdas – *Impairment*

Como resultado dos testes de impairment, em 2016 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Intangível no valor de R\$ 4.145 (Vide notas explicativas 1.1 e 5).

7 Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>
Dressler Contabilidade Empresarial S/S - EPP	29
Marildo Teixeira de Farias	21
Total	<u>50</u>

8 Partes Relacionadas

- a. O saldo classificado no passivo circulante e não circulante, refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Holding – Brasil Ventos Energia S.A. Estes recursos foram aportados por meio de rateios de despesas administrativas:

Operação	Valor Aportado
Aportes da Brasil Ventos Energia S.A.	
Por rateio de despesas administrativas	34
	34

- b. Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas geradoras à Ventos Tecnologia Elétrica LTDA. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico.

	Consolidado 31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de cessão de direitos	1.243	2.902	4.145

- c. Remuneração dos administradores

Conforme registrado na 1ª Ata de Assembleia Geral de Extraordinária, de 27 de janeiro de 2016, a remuneração anual global do Conselho de Administração será no valor de R\$19 e do Conselho Fiscal o valor de R\$ 14; e a remuneração anual global da Diretoria será no valor de R\$128. Com a aprovação do Programa de Dispêndios globais – PDG pelo SEST, exercício 2016, cuja quitação ocorrerão em janeiro de 2017.

9 Provisão

Provisão para contrato oneroso

A Holding Brasil Ventos executou o procedimento técnico de cálculo do contrato de venda de energia das SPE's investidas, assinado no ambiente regulado – CCEAR. Em conformidade com o previsto no pronunciamento técnico – CPC 25 item 68, e de acordo com os procedimentos de seu acionista controlador efetuou provisão para contrato oneroso. A avaliação foi efetuada por meio do método do fluxo de caixa descontado, apurando-se um valor presente líquido do contrato, com o objetivo de verificar se os investimentos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato já não excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato e do prazo das autorizações da ANEEL.

Com base nas ações descritas na Nota 1.1, a Administração registrou a provisão de contrato oneroso para os Companhia de acordo com as premissas citadas e de acordo com as regras colocadas pelo acionista controlador, conforme detalhe abaixo:

Provisão para contrato oneroso	Geradora Eólica Ventos de Ouro Verde II S.A.
	24.966
	24.966

10 Capital Social

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 1.000 milhão.

Em 29 de fevereiro de 2016, o capital social inicial subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade.

Capital Social	Quantidade de ações	Participação %
Brasil Ventos Energia S.A.	900	90,00
Eólica Tecnologia Ltda	70	7,00
Ventos Tecnologia Elétrica Ltda	30	2,99
Central Eólica Ouro Verde II Ltda	-	0,01
	1.000	100,00
(-) Capital a Integralizar	Quantidade de ações	Participação %
Eólica Tecnologia Ltda	(70)	7,00
Ventos Tecnologia Elétrica Ltda	(30)	2,99
Central Eólica Ouro Verde II Ltda	(-)	0,01
	(100)	100,00

11 Despesas operacionais gerais e administrativas

	30/12/2016
Pessoal e Administradores (Nota Explicativa 8a)	(35)
Serviços de terceiros	(29)
Provisão p Redução ao Valor Recuperável - Contrato Oneroso	(24.966)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(4.224)
Total	(29.254)

As despesas acima referem-se a gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas.

12 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo – fornecedores são equivalentes em 31 de dezembro de 2016.

(i) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016, nem operou com derivativos no período. No entanto, caso haja utilização poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(ii) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

13 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

(i) As empresas MEK Engenharia Ltda., Medral Geotecnologias e Ambiental Ltda., Ecology and Environment do Brasil Ltda. e Sultorres Eletrometalúrgica Ltda, pré-contratadas para a execução de outras atividades relacionadas aos Complexos Eólicos de Famosa III e Acaraú, estão comprovando suas capacidades financeira e jurídica para execução dos contratos.

Após comprovada a capacidade das citadas empresas, será providenciada as assinaturas dos termos contratuais.

14 Eventos subsequentes

(i) Em 12 de janeiro de 2017, foi formalizada mediante Instrumento Particular de Opção de Compra e Outras Avenças, a aquisição dos direitos dos projetos das empresas, Central Eólica Angelim Ltda., Central Eólica Santa Rosa Ltda. e Central Eólica Uirapuru Ltda., todas controladas pela acionista do consórcio, Ventos Tecnologia Elétrica Ltda.

(ii) Integralização de Capital

Em 23 de janeiro de 2017 os Sócios Ventos Tecnologia Elétrica Ltda, Eólica Tecnologia Ltda e Central Eólica Santa Rosa Ltda, aportaram na sociedade R\$ 102.148,86 (cento e dois mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), no qual R\$ 100.000,00, corresponde a 10% da participação acionária, que estava vencida desde 29 de junho de 2016 e a diferença de R\$ 2.148,86 corresponde à atualização monetária pelo IPCA no período.

Clécio José Ramalho
Diretor Administrativo - Financeiro

Marcus Vinicius do Nascimento
Diretor Técnico

Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC